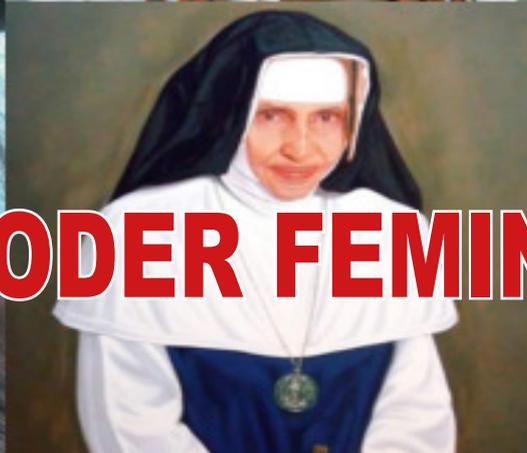


SINJEP HOJE

Revista Digital do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará

ANO 1 N° 4

AGO-SET-OUT/2022



O PODER FEMININO


CONVÊNIOS

PARCERIAS DE SUCESSO


56%

DE DESCONTO
NO PLANO
ODONTOLÓGICO



ATE

50%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE IDIOMAS



20%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE
GRADUAÇÃO



ATE

75%

DE DESCONTO EM
CURSOS DE
GRADUAÇÃO



7%

DE DESCONTO
NA COMPRA DE PEÇAS
AUTOMOTIVAS



CENTRO DA MELHOR IDADE

ALONGAMENTO,
HIDROGINÁSTICA, YOGA,
MUSCULAÇÃO, DENTRE
OUTRAS ATIVIDADES

SINJEP HOJE - FICHA TÉCNICA

Esta revista é de responsabilidade da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, a exceção dos artigos assinados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta

Iná Pinheiro Mendes

Vice-Presidente

Pepe Hubert Princken Larrat

Secretário Geral

Francisco Pinto Barros

Diretora de Administração e Finanças

Juliana da Costa Pereira

Diretor Jurídico

Marcos Augusto Pacheco Araujo

Dir. de Cultura, Esporte e Lazer

Ariosvaldo Oliveira Barros

Diretor de Comunicação

Marcel Espirito S. C. Lobato

Dir. Formação Política Sindical

Flaviana Trindade de Oliveira

Dir. Saúde e Segurança do Trabalho

Vicente de Paula Santiago

FOTOS

Arquivo Pessoal

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gabriel Vilhena

EDIÇÃO

Muriel Catarina Nunes (ASCOM)

CONSELHO EDITORIAL

Iná Mendes e Marcos Araujo

 EDITORIAL

Eleições Femininas

Há uma outra consciência sobre o papel das mulheres na eleição deste ano. Compondo 53% do eleitorado, é delas o poder de definir os resultados das urnas em 2022.

A primavera feminista no Brasil começou em 2015 e desde então, não parou mais. Atualmente está em luta contra um governo empenhado em retroceder ao século 19 no que diz respeito aos direitos femininos.

Durante quatro anos de governo, Jair Bolsonaro repetiu o comportamento machista e misógino que teve ao longo de sua vida pública. É certo que ainda há mulheres que reproduzem o machismo. Contudo, muitas já despertaram e não compactuam mais com esse sistema e seus representantes e fazem do voto uma resposta eficaz e legítima.

Em outros países da América Latina, a mesma postura irracional e misógina derrubou candidatos de direita de países vizinhos na reta final de eleições presidenciais, como bem observou Andrei Roman, CEO da empresa de pesquisas Atlas Intel. “Tanto José Antônio Kast, nas eleições do Chile em 2021, como Rodolfo Hernández, na Colômbia este ano, cometeram erros semelhantes, subestimando o poder das mulheres na eleição”, disse Roman, em entrevista ao The Intercept Brasil.



No Pará, as mulheres seguem construindo com bravura uma assinatura forte de sua própria história, nos mais diversos setores de atuação.

Nesta edição da sua SINJEPHOJE voltamos a nos debruçar sobre assuntos que vão despertar o seu desejo de se manter cada vez mais e melhor informado sobre temas muito interessantes e importantes.

A nossa revista é para os servidores e é um espaço aberto para quem desejar ver publicado um artigo autoral. Para publicar, você pode enviar um texto de até 5 mil toques para o e-mail revistasinjep100@gmail.com, endereçada a nossa editoria, com fotos.

Nesta edição, a direção do SINJEP, presta a sua homenagem especial à força do poder feminino. Na capa: Marie Cury, Indira Gandhi, Chiquinha Gonzaga, Carolina de Jesus, Cacilda Pinto e Lula, Ana Neri, Irmã Dulce, Iná Mendes, Juliana Vilhena, Monique Soares, Márcia Castro, Aline Reis, Eloisa Guimarães, Danyelle Martins.

Juntos somos mais fortes!

NÃO FIQUE SÓ!
SINDICALIZE-SE

SINJEP: HÁ 33 ANOS CUIDANDO DA NOSSA GENTE!!!

Acesse: sinjep-pa.org/filiacao



(91) 99332-1030



@sinjep



@sinjep_pa

ENTREVISTA

UM OLHAR FEMININO NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

Monique Soares Leite é servidora do TJE/PA e integra a Comissão de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual (CPEAMS) e Discriminação Instituída no âmbito do juízo de segundo grau. O trabalho realizado pelas CPEAMS tem significado um importante salto de qualidade para a maior qualidade na rotina funcional dos milhares de servidores do TJE/PA, por ser uma importante ferramenta de proteção e combate aos abusos cometidos contra os servidores.

A presença de Monique Leite na equipe foi comemorada pela direção do SINJEP, que foi apoiadora oficial do nome da servidora, no pleito que determinou a formação das equipes que atuam hoje nas comissões.

Em entrevista à SINJEPHOJE, Monique Leite fala sobre a estrutura de funcionamento da comissão em que atua, cujo trabalho vem tendo repercussões positivas entre os servidores.



Monique Soares, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Entrevista

SINJEPHOJE: Como as CPEAMS em nível de segundo grau são estruturadas?

Monique Soares: Existe apenas uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e Discriminação instituída no âmbito do segundo grau, conjuntamente com a Comissão do 1º Grau, conforme os termos da Portaria 2611/2021-GP, de 03 de agosto de 2021, em observância à Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

SINJEPHOJE: Onde funciona?

Monique Soares: As Comissões não funcionam em um local físico, seja no 1º ou no 2º grau. A instalação bem como as reuniões ordinárias mensais ocorreram e ainda ocorrem no formato on line via plataforma Microsoft Teams.

As atividades foram iniciadas em agosto de 2021, quando a realização das atividades de forma exclusivamente on-line estava bastante intensa, e, por esse motivo, as Oficinas de Empatia (Rodas de Conversa envolvendo o acolhimento e escuta coletivos) foram estruturadas para ocorrência também no formato on-line. Da mesma forma, as atividades de capacitação foram concebidas para realização no formato on-line.

Apenas as escutas individuais, agendadas pelo site das Comissões, podem ocorrer no formato

presencial, caso seja viável e mais favorável ao solicitante e é solicitada sugestão do local, dia e horário para compatibilização.

SINJEPHOJE: Qual a rotina administrativa e qual o tempo de funcionamento?

Monique Soares: As Comissões funcionam de forma articulada (1º e 2º graus) e possuem um membro designado para desenvolver as atividades de secretaria. Foram formados grupos de trabalhos temáticos visando a otimização e o foco em determinados eixos, a saber: Diagnóstico institucional e situacional, Ações de Conscientização e Escuta e Acolhimento. Os grupos de trabalho se reúnem conforme a disponibilidade dos membros, também de forma virtual, pois a participação nas Comissões deve ser viabilizada sem prejuízo das demais atribuições profissionais.

SINJEPHOJE: Existe alguma dificuldade em secretariar a comissão, em se tratando de uma servidora mulher?

Monique Soares: Não sinto dificuldade específica por ser uma servidora mulher, embora exista a discussão acerca dos papéis sociais, o fato do secretário do primeiro grau ser um homem e de dividirmos as atividades é algo que ajuda na construção de um ambiente mais igualitário.

SINJEPHOJE: Na sua opinião quem sofre mais assédio sexual, homens ou mulheres? Já há um quantitativo dessa prática?

Monique Soares: Na minha opinião, as mulheres são poten-

cialmente as maiores vítimas de assédio sexual e isso é comprovado por pesquisas especializadas, amplamente divulgadas. Quanto ao levantamento de dados de notícias endereçadas no âmbito das Comissões envolvendo assédio sexual, podemos relatar apenas a quantidade em acompanhamento, que representam dois casos até o momento. Os dados históricos dependem de informações que ainda estão sendo coletadas e consolidadas pelo GT de Diagnóstico Institucional.

SINJEPHOJE: A direção do TJE/PA tem se mostrado sensível a busca por soluções para essa prática?

Monique Soares: A resolução CNJ 351/2020 estabelece a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação no Poder Judiciário e a sua implementação é de caráter mandatório, tanto que as Comissões foram constituídas em 2021 e estão em pleno funcionamento justamente com o objetivo de tratar adequadamente essa matéria. Foram iniciadas as atividades de capacitação em 2021, mediante a realização do 1º Webinário de Assédio Moral e Assédio Sexual (novembro/2021) e, além das Oficinas de Empatia, cuja programação para ocorrência é mensal, houve o desenvolvimento e divulgação da 1ª campanha destinada ao combate ao assédio e discriminação, com cards, posts, envio de cartazes para as comarcas, a fim de divulgar as atividades das Comissões.

Além disso, houve a realização de dois seminários no mês de junho, no formato híbrido (pre-



Monique Soares e a Presidenta do SINJEP, Iná Mendes

sencial com transmissão ao vivo e gravação) tanto no 1º Grau quanto no 2º Grau.

SINJEPHOJE: Como está busca por atendimento, ainda há muito receio ou preconceito, ou mesmo medo de uma retaliação?

Monique Soares: A busca pelo atendimento das Comissões tem ocorrido de forma voluntária e é garantido o anonimato, conforme preconiza a Resolução 351/2020. Os integrantes do canal de escuta e acolhimento não apresentaram relatos sobre a existência de receio ou medo de retaliação por parte de quem já acionou as Comissões solicitando a escuta. Vale ressaltar que a própria Resolução prevê mecanismo de não retaliação, uma vez que a ocorrência configura hipótese em que a própria Comissão do 1º ou 2º graus podem representar disciplinarmente contra quem agir de tal modo. Neste sentido,

a divulgação e conhecimento da Política tem sido muito importante para viabilizar o adequado acolhimento dos noticiantes e da identificação das possíveis medidas para tratamento e restauração do ambiente de trabalho, já que o foco é a recuperação da saúde e do bem-estar principalmente psicológico dos envolvidos nos relatos.

SINJEPHOJE: Como acontece o acesso ao atendimento?

Monique Soares: Como regra geral, via agendamento através do canal de escuta e acolhimento, através do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no site do Tribunal, nas páginas das Comissões (portal externo e interno).

SINJEPHOJE: Já é possível quantificar os casos?

Monique Soares: Os casos relatados serão quantificados para fins estatísticos ao término do mandato de 2(dois) anos das Comissões instituídas.

SINJEPHOJE: Quais os casos mais comuns?

Monique Soares: Os casos mais comuns envolvem a possível prática de assédio moral.

SINJEPHOJE: Algum caso evoluiu para julgamento?

Monique Soares: As Comissões não possuem caráter disciplinar, e, portanto, não detém essa

informação. Elas podem acompanhar as notícias de assédio que desencadeiam sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, mas tal acompanhamento tem como foco principalmente a viabilização do atendimento necessário às vítimas e restabelecimento do ambiente laboral.

SINJEPHOJE: Que comarca registra mais casos?

Monique Soares: As Comissões não deliberaram sobre a possibilidade de divulgação de dados, ainda que estatísticos, baseados na origem da procura pelo acolhimento e escuta, e, portanto, não tenho autorização para falar em nome das Comissões acerca dessa informação, dada a necessidade de resguardo do sigilo dos dados dos noticiantes.

SINJEPHOJE: Quais os problemas emocionais resultantes da prática do assédio?

Monique Soares: Na qualidade de integrante do canal de escuta, posso observar o sofrimento emocional com a situação de um modo geral, mas não consigo e sequer poderia relatar qualquer problema patológico com a propriedade técnica que é afeta aos profissionais correlatos (psicólogos, psicólogas e psiquiatras), até porque envolve questões de sigilo profissional. Vale ressaltar que a realização das escutas pelos membros e membras das Comissões implica, principalmente, na necessidade de identificação e viabilização



Primeira Oficina de Empatia

do atendimento e acompanhamento psicológico adequado dos casos, além de ser oferecido suporte e apoio emocional naqueles momentos de contato com os membros das Comissões. As orientações iniciais que informam os trabalhos dos integrantes do canal de escuta e acolhimento foram fornecidas pelo setor psicossocial do Tribunal, objetivando a formatação e funcionamento minimamente adequado para que o público-alvo se sinta efetivamente amparado e acolhido nesses primeiros contatos, já que o tratamento e acolhimento das pessoas é o primeiro passo para que se caminhe na restauração daquelas relações no ambiente de trabalho, caso seja possível. Existe um fluxo divulgado no site das Comissões para o canal de escuta e acolhimento a fim de que o acompanhamento psicológico fique efetivamente a cargo dos profissionais legalmente habilitados, funcionando as Comissões como rede de apoio e suporte.

SINJEPHOJE: Qual a sua mensagem para os servidores?

Monique Soares: A minha mensagem é para que as servidoras e servidores e todo o público-alvo da política (magistradas, magistrados, estagiárias, estagiários e terceirizadas e terceirizados) compreendam que o desenvolvimento de um ambiente de trabalho saudável depende principalmente da compreensão da nossa condição de humanidade: somos falíveis, todas e todos temos defeitos e teremos dias ruins. Precisamos, assim, enxergar e respeitar nossos limites individuais bem como os limites das pessoas à nossa volta. Precisamos, sobretudo, entender e compreender que não é suficiente sermos bons profissionais e procurarmos sempre o nosso desenvolvimento e aprimoramento técnico. Precisamos, sobretudo, melhorarmos enquanto seres humanos, reconhecendo a nossa humanidade, a nossa perenidade. Peço que perguntem a si próprios como gostariam de serem lembrados no dia que não estiverem mais entre os seus. Que se auto-observem e sejam mais autocríticos consigo próprios, com o próprio comportamento, do que em relação ao comportamento do outro. Que atentem para o fato de que as nossas posições profissionais, por mais estáveis que pareçam, são transitórias e perenes como as demais coisas da vida. Que exercitem efetivamente a escu-

ta, a empatia e o acolhimento, a fim de perceber essa via como um dos caminhos possíveis para que consigamos nos colocar no lugar do outro. Chama-se a isso de exercício de alteridade. Responsabilização (administrativa ou criminal) nada ensinam quando continuamos insensíveis e incapazes de nos colocarmos no lugar de outrem. Cada pessoa sabe muito bem as dores que carrega, mas não pode presumir que a sua dor é maior do que a do seu colega.

“*Somos aquilo que reverberamos e vale a pena estarmos presentes nas relações que construímos no dia a dia*”

Somos aquilo que reverberamos e vale a pena estarmos presentes nas relações que construímos no dia a dia. Crescemos dentro de um esforço que é conjunto e conjugado, com a colaboração e compreensão, seja no trabalho, na família ou nas amizades. Assim, rogo para que nós cuidemos mais uns dos outros, para que cuidemos exatamente da forma como gostaríamos e esperamos que cuidem de nós. Respeito mútuo requer atenção e dedicação, assim como presença e intencionalidade.

Digo, por fim, que a construção de um ambiente de trabalho saudável depende de pessoas efetivamente dedicadas ao acolhimento e autodesenvolvimento de si próprios e de todas e todos a sua volta, como verdadeiros indivíduos que se inspiram e se contagiam mutuamente com o vigor que a vida exige. Que lembremos que em alguma medida sempre motivamos e inspiramos alguém, através das atitudes e decisões que assumimos, e, somente quando reconhecemos e nos conectamos com a nossa humanidade, somos capazes acender e manter viva a motivação e conexão que existe dentro de cada um de nós. Seja para o outro o que você espera que o outro seja para você. E perceba o que acontece. Um ambiente de trabalho mais saudável depende da dedicação e da intenção de todas e todos que dele partilham. Escolha o que você almeja e dedique-se a isso. Garanto que vale muito a pena.



HISTÓRIA DE MULHERES

Dedicando uma pauta exclusiva ao universo feminino, com foco na mulher que atua nos mais diversos espaços de poder, em especial no Poder Judiciário, a SINJEP HOJE, apresenta algumas das profissionais cujo trabalho contribui para o avanço da luta feminina por direitos iguais. Confira a seguir.



Iná Pinheiro Mendes é servidora de carreira e ocupa hoje o lugar de Presidenta do SINJEP. É a segunda vez, em seus mais de 33 anos de fundação, que o SINJEP registra a eleição de uma mulher para ocupar a presidência da entidade. A primeira mulher e primeira presidenta foi Cacilda Pinto.

A mulher paraense chega empoderada ao século 21?

Iná Pinheiro Mendes: olha, eu quero propor aqui uma reflexão: o que é empoderamento? Qual o seu significado mais profundo? Acho que o termo tem sido usado de forma distorcida para celebrar conquistas rasas, sem consciência social e política e sem compreensão do arcabouço histórico de desigualdades que atinge as mulheres. Não basta ter poder. É preciso ter consciência do que sustenta a opressão, compreender as dinâmicas de poder e lutar por conquistas coletivas. Poder sem

consciência social e política – e na raiz da palavra empoderamento temos o vocábulo poder – pode gerar involução e dominação. Veja o caso das mulheres que entraram para o mercado de trabalho. Aqui temos um movimento reformista que não alterou a essência das relações de trabalho. Há milhões de mulheres trabalhadoras exploradas. E que vivem a segunda e/ou terceira jornada de trabalho com toda sobrecarga decorrente das demandas com a casa, com os filhos, como cuidadoras.

A mulher que atua no Poder Judiciário hoje, está empoderada?

Iná Pinheiro Mendes: Partindo dessa reflexão que propus, a resposta é não. Houve muitas conquistas e hoje temos milhões de mulheres ocupando postos de trabalho e muitas em lugares de direção, inclusive temos hoje na Presidência do TJPA uma mulher e na próxima gestão também. Acho que o exemplo maior é a eleição de uma mulher para Presidenta do Brasil, um exemplo de

que as mulheres têm competência e habilidades para ocupar lugares de poder e trazer para esses espaços uma visão de mundo baseada na ética de cuidado e respeito; e também um triste exemplo de poder violento do patriarcado, capaz de engendrar e dar um golpe, uma excrescência sustentada por machismo, cinismo, ganância, misantropia e misoginia. Dá até uma angústia lembrar. E dessa angústia brota a coragem de enfrentar esse sistema opressor, pelos nossos descendentes.

Quais os principais desafios?

Iná Pinheiro Mendes: Acho que o principal desafio é criar consciência social e política, é compreender profundamente o que sustenta o sistema opressor e como o patriarcado é uma máquina de subjugação e destruição de tudo que encerra o princípio feminino: natureza, águas, flores, mulheres, diversidade. Só com conscientização vamos poder dismantlar esse sistema de dominação que corrói as relações e o próprio tecido da vida nesse planeta. A consciência gera o movimento. E assim, com essa nova consciência vamos poder fazer escolhas alicerçadas no paradigma da cooperação, a única forma capaz de sustentar a vida na terra e regenerar os sistemas vivos.

Qual a contribuição do SINJEP nesse processo ao longo de sua gestão?

Iná Pinheiro Mendes: (São quase dois anos de gestão, que se iniciou ainda na

pandemia e ainda estamos vivenciando os impactos sistêmicos desse evento global). Eu vou te dar o maior exemplo: estamos vivenciando na prática a implementação do paradigma da cooperação com a união entre SINJEP e SINDJU, duas entidades que estavam há anos lutando entre si para conquistar o lugar de representante dos servidores do Judiciário. Aconteceu! Depois de muitas conversas, olho no olho, escuta empática, diálogos lúcidos, transparência, coragem, dissemos “sim” uns para os outros como pessoas que querem o melhor para o coletivo, pessoas capazes de ultrapassar divergências e questões pessoais porque sustentadas por essa nova consciência baseada no paradigma da cooperação e com a intenção firme de união e trabalho. Eu me emociono muito quando lembro da nossa reunião, sentados em círculo na sede do SINDJU, todos juntos, cada qual expressando seus sentimentos, esperança, desejos e emoções, e celebrando o “sim” para a união.

E agora eu peço a palavra pra você Muriel, primeiro para te agradecer pelo seu trabalho e cuidado com nossa revista: muito obrigada! E quero dizer MUITO OBRIGADA a cada pessoa que confiou nessa união. São muitos: Obrigada à Diretoria Executiva do SINJEP, e o faço referenciando a companheira Juliana Vilhena. Obrigada à Diretoria Executiva do SINDJU, e o faço referenciando Simone, Danyelle, Laís e Leiliana. Mulheres incríveis que fazem a diferença para melhor nos lugares que ocupam. Acho que essa é a nossa responsabilidade!



Danyelle Rodrigues Martins

Pós graduada em direito processual, aprovada em concurso público, atua desde 2009 como Analista Judiciário. Como dirigente sindical, atua como vice-presidente do SINJDJU, respectivamente nos triênios 2017/2020 e 2020/2023. É integrante do Conselho Fiscal da FENAJUD

SINJEPHOJE: A mulher paraense chegou empoderada ao século 21?

Danyelle Rodrigues: As mulheres seguem a luta diária e constante pela manutenção e conquista dos seus direitos. Nos últimos 20 anos com muita luta, tivemos avanços na seara legislativa quanto à defesa da mulher, com a criação de leis visando a defesa da mulher contra a violência doméstica e familiar; o que previu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol de crimes hediondos; e a capitulação penal para o crime de importunação sexual. Vimos com orgulho tantas mulheres despontando em profissões antes impensadas pra nós. Mulheres enfrentando preconceitos, mas se tornando astronautas, ministras da Suprema Corte e até Presidente da República.

No início deste século, o Pará elegeu uma mulher para governadora, quando apenas três estados haviam sido governados por uma mulher. Na Assembléia Legislativa, o número de mulheres vem crescendo, mas ainda conta com somente 25 por cento das vagas do parlamento. Temos motivo para comemorar mas não podemos baixar a guarda. Não podemos recuar nenhum passo. Precisamos continuar a lutar, sem hesitar, por respeito e espaço nesse mundo machista e patricarcal. Não se pode negar o progresso das pautas feministas, porém estamos muito distantes de ter liberdade, de exercer plenamente nossos direitos e de ver uma mãe ter tranquilidade ao dar à luz a uma menina.

SINJEPHOJE: A mulher que atua no poder judiciário está empoderada?

Danyelle Rodrigues: De acordo com o RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO JUDICIÁRIO CNJ 2019, as mulheres ocupam cerca de 58% dos cargos de servidores do judiciário nos estados (dados dos últimos 10 anos) e chega a ocupar cerca de 60% dos cargos comissionados e funções gratificadas. Atualmente no TJE/PA, dos 300 cargos de direção de secretaria, 157 são ocupados por mulheres. Temos mais mulheres

do que homens no judiciário. No entanto, ainda enfrentamos muitos desafios. Somos muito mais vítimas de assédio moral e sexual por exemplo. Considero que o fato de ser aprovada em um concurso e nomeada para exercer um cargo público já propicia à mulher um grau de empoderamento: a independência financeira, que se apresenta como mola propulsora para a mulher seguir a sua jornada rumo a realização pessoal e se livrar mais facilmente de relacionamentos abusivos. Além disso, a mulher do judiciário conhece melhor seus direitos e sabe os caminhos a percorrer, as ferramentas a serem utilizadas para garantir seus direitos, então acredito que a mulher que atua no judiciário certamente dá um passo à frente no sentido de ser mais respeitada. A cada dia.

SINJEPHOJE: Quais os principais desafios para as mulheres que atuam no Poder Judiciário?

Como a maioria das mulheres no mercado de trabalho, os desafios são diversos. Um dos principais que posso citar é a conciliação da jornada de trabalho com o trabalho em casa e os cuidados com os filhos, o que lhe exige sacrificar o tempo pro lazer, pro descanso e pra si mesma. A mulher tenta se equilibrar entre essa responsabilidade e o desejo de dar continuidade a sua formação e até mesmo a se dedicar à atividade política-sindical e é muito julgada quando não consegue conciliar todas atividades que se propõe. Para jogar luz sobre essas pautas e decidir sobre seu presente e futuro, a mulher precisa cada vez mais ocupar os espaços de poder. Outro grande desafio que eu vejo é o de superar a discriminação e o assédio no ambiente de trabalho. Recentemente, foi noticiado o caso de uma advogada/apresentador de televisão que ameaçou e agrediu verbalmente uma servidora no exercício da função na comarca de Benevides. Soubemos também do caso de servidoras que atuando em varas onde os servidores são predominantemente homens, convivem com brincadeiras de mal gosto, piadas machistas, que diminuem a mulher e a objetificam. Na mentalidade machista desses colegas, se trata apenas de uma inocente brincadeira, mas na verdade são ações que causam ou ativam feridas emocionais e acarretam o adoecimento mental dessas mulheres.

São muitos os desafios, mas também é grande a nossa resistência. Estamos assistindo a manifestação da força feminina no movimento sindical. Nas nossas atividades sindicais, nós somos maioria, corajosas, inteligentes e sonhadoras. O SINJEP é dirigido por uma mulher. No SINDJU, a diretoria é majoritariamente feminina. E temos diretoras que acumulam inclusive a representação sindical com direção de secretaria e toda aquela jornada múltipla de trabalho. São mulheres que se preocupam com a justiça social, com a luta por um judiciário que distribua justiça também entre seus servidores e que garanta melhores condições de trabalho. A nossa luta não é fácil, mas não existe possibilidade de recuo. Pra nós, mulheres, luto, é verbo!



Juliana da Costa Vilhena
Analista Judiciário, Diretora
do SINJEP, Vara de Família
de Ananindeua

SINJEPHOJE: A mulher paraense chegou empoderada ao século 21?

Juliana Vilhena: Empoderamento é a consciência da capacidade da mulher em desenvolver-se e escolher ser ela mesma. A jornada do empoderamento da mulher não é rápida e muito menos fácil. É notório o avanço, mas também ainda é inegável que os desafios estão presentes como resquício de uma mentalidade ultrapassada que exerce ainda influência na discriminação da mulher atualmente. Assim posso dizer que a mulher paraense chegou ao século 21 ainda caminhando para seu empoderamento.

SINJEPHOJE: A mulher que atua no poder judiciário está empoderada?

Juliana Vilhena: É inegável que a mulher no judiciário, quando está investida em seu cargo público, terá os mesmos direitos e vencimentos que os homens. Entretanto, no caminho do concurso público da ocupação de cargos de chefia, ainda são permeados pela questão de gênero, uma vez que as mulheres continuam com a remuneração inferior à dos homens e em cargos menos

relevantes, embora ostentem grau superior de escolarização. Assim, posso afirmar que mesmo no poder judiciário o caminho do empoderamento da mulher ainda é longo.

SINJEPHOJE: Quais os principais desafios para as mulheres que atuam no Poder Judiciário ?

Juliana Vilhena: Dupla jornada, discriminação, dificuldade para conciliar o trabalho e a família, violência psicológica de advogados e juizes e agressões verbais são alguns dos desafios enfrentados diariamente pelas mulheres que escolhem a magistratura como carreira, de acordo com as pesquisas que serão divulgadas no dia 04 de novembro, durante os seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias (revelam dificuldades enfrentadas pelas mulheres na magistratura: disponível <https://www.conjur.com.br/2021-nov-02/pesquisas-revelam-desafios-mulheres-magistratura#>).

Se para as magistradas os desafios são gigantescos, imaginemos como serão para as servidoras! Apesar de parecer que a mulher que atua no Poder Judiciário vive em uma bolha em que o gênero não tem importância, na verdade ainda estamos inseridas na sociedade que apresenta problemas estruturais, antigos e novos, que dificultam a busca por igualdade social. No Judiciário não é diferente. Apesar do avanço do empoderamento feminino, ainda é comum ler e ouvir sobre relatos de desigualdades salariais, violência sexual, feminicídio, baixa representatividade política, entre outros.

Ao meu ver, o grande desafio ainda é a busca por igualdade social em todos os aspectos.



Heloisa Guimarães
Cardiologista, graduada pela
UFPA, atuou como Secretária
Adjunta de Gestão de Políticas
de Saúde Pública do Estado do
Pará por oito anos. da comissão
de Saúde.

Em sua trajetória na política paraense, preside a Comissão de Divisão Administrativa de Estado e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Pará, onde também atua como vice-presidente

Com uma pauta de trabalho focada no atendimento às mulheres, a parlamentar é autora da Lei Nº 8964/2019– “Março Lilás”, Prevenção ao câncer de colo do útero no Pará. Entre as ações destaca-se:

Cartilha de Crimes Contra Mulher, destinada principalmente a profissionais da saúde e da segurança pública, que lidam diretamente com o atendimento das vítimas.

Projeto Saúde da Mulher em Belém e no Marajó.

SINJEPHOJE: A mulher paraense é EMPODERADA?

O empoderamento feminino para ser efetivo pressupõe uma associação entre individual e coletivo. Sem a menor sombra de dúvidas, as mulheres paraenses têm demonstrado esse empoderamento individual a partir dos diversos papéis sociais que são levadas a desempenhar, ora por escolhas, ora por necessidades; somos chefas de família, mães, profissionais, mulheres aguerridas, e brio.

SINJEPHOJE: Quais os principais desafios para as mulheres no século 21?

Os principais desafios para as mulheres têm sido os relacionados à efetividade da igualdade prevista na Constituição. A desigualdade político-social entre gêneros ainda se impõe nos espaços políticos, públicos e privados podendo ser constatada diariamente nas denúncias e relatos de desigualdades salariais, assédio, importunação sexual, diversos tipos de violências, altos índices de feminicídio, baixa representatividade política, entre outros.

SINJEPHOJE: Ainda há muito machismo nos espaços de poder no Pará?

O machismo é ferramenta de manutenção do patriarcado, então vai estar presente sempre. Vamos tomar como exemplo a Câmara Municipal e a ALEPA. Na Câmara temos apenas 6 vereadoras, de 35 cadeiras, e na Assembleia Legislativa temos 10 deputadas para 41 vagas parlamentares. O número ainda é pequeno, e para muitos a política não é para as mulheres. Mas estamos conseguindo furar essa bolha aos poucos, com muita luta e muitas mulheres envolvidas nesse processo, e penso que a partir de 2022, teremos mais mulheres lutando para ocupar esses espaços e lutando umas pelas outras.

SINJEPHOJE: Que mensagem a senhora dedica às mulheres servidoras do TJE?

Deixo uma mensagem de força, coragem, perseverança e luta. Que sejamos sempre umas pelas outras, fazendo valer nosso direito à vida, ao respeito e à igualdade. Que possamos conquistar espaços de protagonismo e valorização em nossos ambientes de trabalho, e principalmente melhores condições de vida para nossas famílias.



**Marcia Regina
Gonçalves Castro**

Muito querida entre os colegas de trabalho, Marcia Regina é a funcionária mais antiga do sindicato. Ela conta que, começou a trabalhar no SINJEP em 2001, na gestão da ex-presidente Cacilda Pinto. “São 21 anos de trabalho no setor de Serviços Gerais e sempre fui tratada com carinho e respeito”, conta a funcionária. Em entrevista a SINJEPHOJE, Marcia Castro é uma das memórias vivas da entidade e fala de forma sucinta, com a propriedade de quem dedicou seu tempo e tra-

balho por mais de duas décadas ao SINJEP

SINJEPHOJE: Como é trabalhar no SINJEP? O que representa a experiência para a senhora?

Olha uma boa experiência. Faço meu trabalho com tranquilidade. Aqui não tem pressão. Desde que entrei aqui não tive problema com nenhuma diretoria. Sempre me trataram com respeito e carinho. Cada diretoria tem sua peculiaridade. Eu gosto do SINJEP. Acho que é um sindicato que faz a diferença em Belém.

SINJEPHOJE: O que a senhora destaca como positivo nesses 21 anos?

Destaco como positivo a atuação de cada diretoria. Cada diretoria com seu jeito de atuar, sua peculiaridade, tinha como meta fortalecer o sindicato, servir bem a categoria. Isso é o que acho válido.



**Carmem Aline de
Souza Reis**

SINJEPHOJE: Atua em que setor na entidade?

Aline Reis: Secretária

SINJEPHOJE: Há quanto tempo?

Aline Reis: mais de oito anos

SINJEPHOJE: O que destaca como positivo?

Aline Reis: Muito interessante participar de uma entidade que luta pelos interesses de uma categoria com mais de 5 mil servidores e com uma grande história de conquistas.

A experiência de trabalhar no SINJEP tem sido um aprendizado. Por termos uma diretoria com pessoas comprometidas e acima de tudo com uma presidenta extremamente humana, compreensiva e combativa ao patriarcado. A prova disso é que poucas empresas tem

a sensibilidade de entender que a licença maternidade é um momento fundamental para a mulher, mãe e principalmente para o bebê, para que ele possa crescer com segurança, tendo presente nesse período a mãe como referência, evitando dessa maneira ser uma criança com depressão, ansiedade, etc..

Só uma presidenta com essa visão diferenciada é que pode ter a compreensão de que o sindicato deve seguir as regras da maternidade, hoje utilizada no programa empresa cidadã que concede seis meses de licença, para que dessa forma eu possa dar a minha filha a atenção necessária para um desenvolvimento saudável e seguro.

SINJEPHOJE: Qual a importância para a sua vida profissional?

Aline Reis: Destaco a luta incansável dos representantes do SINJEP em defesa dos interesses dos servidores.

Destaco também a minha valorização como pessoa, como profissional, enquanto mãe e mulher eu só tenho a agradecer e dizer que sou muito feliz e grata por labutar em um sindicato que preza por nós mulheres, e que mesmo nos dias atuais são poucas as empresas que valorizam seus colaboradores com dignidade, humanidade e respeito. Obrigada pela oportunidade.



**Muriel Catarina
Monteiro Nunes**

SINJEPHOJE: Atua em que setor?

Muriel Catarina: Assessoria de Comunicação

SINJEPHOJE: Há quanto tempo?

Muriel Catarina: há 13 anos

SINJEPHOJE: O que destaca como positivo ?

Muriel Catarina: A experiência de implementar as atividades pertinentes ao fazer do jornalismo sindical é enriquecedora, sempre. Em especial, por se tratar de um conjunto de eventos cuja pauta celebra a assinatura de uma entidade do porte, história e importância do SINJEP.

SINJEPHOJE: Qual a importância para a sua vida profissional?

Muriel Catarina: trabalhar para e no SINJEP é uma experiência que marcou a minha vida profissional, e que veio sendo amadurecida ao longo dos anos. Hoje será importante destacar a atuação da diretoria executiva também, a exemplo das direções anteriores, comprometida em garantir o respeito e a valorização profissional dos trabalhadores do TJE/PA. São mais de 30 anos de um fazer sindical que marcou a história de vida e profissional de muita gente. Neste processo, duas mulheres únicas foram eleitas para presidir a entidade: Cacilda Pinto e Iná Pinheiro Mendes.

É importante destacar também experiência de assinar o projeto e o conteúdo editorial da SINJEPHOJE, o mais novo produto de comunicação a levar a marca do sindicato.

À diretoria executiva nossos agradecimentos pelo respeito ao trabalho que vem sendo realizado e pela credibilidade a mim conferida. Muito obrigada.

AS ELEIÇÕES 2022 E OS EFEITOS PARA OS TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO

Artigo assinado por Marcel Lobato

A queda do governo petista com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, revelou certa vulnerabilidade do regime democrático brasileiro, o qual apesar de respeitado pela opinião internacional, apresenta indícios de corrupção em todas as esferas do poder, pondo em xeque as mais importantes empresas estatais, o que contribui para um cenário preocupante e de incertezas que culminou com a ascensão do vice-presidente Temer ao poder.

No mesmo período intensificou-se uma campanha de desqualificação do serviço Público, e consecutivamente do servidor público de maneira geral, por parte do setor privado, que atua nas várias áreas de atendimento como segurança, saúde, educação, assistência social, dentre outras, responsabilizando o servidor público pelas lacunas na qualidade dos serviços prestados à população, serviços que na verdade sempre foram de responsabilidade governamental.

Sabe-se, no entanto, que cada governo que ascende ao poder, é responsável em traçar os rumos do investimento financeiro, direcionado a prestação dos serviços essenciais para o bem-estar da população, serviços que chegam através dos atendimentos a saúde, educação, assistência social, saneamento básico, sem falar nos investimentos em infraestrutura, sendo que quando o governo reduz recursos, ou desvia recursos de uma pasta para atender outros interesses, causa a precariedade do setor público.

A fragmentação das organizações sindicais, que vinham sendo pulverizadas desde o governo FHC, somadas ao longo período em que ficaram inertes frente ao Governo Lula, deram ao governo Temer a possibilidade de promover reajustes salariais, para o primeiro escalão dos poderes, executivo, judiciário, legislativo, militares, secretários e assessores de ordem direta, sem que as bases de reajustes chegassem aos funcionários públicos em geral, como forma de ratificar a legitimidade de seu mandato e ao mes-



Diretor de comunicação do SINJEP, Marcel Lobato

mo tempo garantir que as organizações sindicais não seriam um entrave. Vale destacar que a presidenta foi penalizada, simplesmente por ser mulher, e por não querer negociar com os representantes das bancadas ruralista e empresarial, que são quem banca os representantes do poder legislativo brasileiro, já que ela lançou mão de práticas que sempre foram utilizadas por governantes do sexo masculino, as tais pedaldas fiscais.

A redução dos investimentos do governo, em educação, saúde, segurança pública, pesquisas, além da desconstrução das bases sindicais, que defendiam o servidor público e as garantias trabalhistas asseguradas na Carta Magna de 1988, juntamente com a inércia das entidades sindicais já mencionadas, deram vasão aos governantes nos diversos setores promoverem cortes de investimentos nos setores públicos, e ainda abriram espaço para ascensão de ideologias conservadoras e discriminatórias que pensava-se estarem sob controle, mas, no entanto, se encontravam

Continua na página 14

 OPINIÃO

latentes no ceio da sociedade e se manifestavam em todas as esferas por meio de fobias de cor, raça, identidade sexual e credo religioso, dando forças a ideologia bolsonarista, atual base governamental do país.

O estado atual em que se vive, é de instabilidade social e econômica, causando incertezas, quando se trata de direitos adquiridos, pelo servidor público, já que as propostas de reforma administrativa e da previdência, projetos de lei em discussão nos colegiados legislativos de todo país, refletem os interesses empresariais e dos banqueiros, que hoje pós pandemia, só alimentaram suas reservas de recursos, por conta do flagelo e do luto das camadas mais desprivilegiadas da sociedade brasileira, que já padece com uma carga tributária de quase 50%, dobre os dias trabalhados, fornecendo recursos para os projetos sociais e previdenciários .

Entendendo a profundidade da desigualdade estabelecida nos dias de hoje, onde o povo se encontra votando em representantes de bancadas autocráticas, pensando que está votando em representantes dos cidadãos de bem pagadores de impostos, as eleições 2022, podem constituir o divisor de águas, pois é somente pelo voto, que se pode trazer ao poder representantes governamentais que venha fomentar novos debates a respeito da importância de se investir em um serviço público de qualidade, negando o estado mínimo imposto pelo Estado, promovendo os investimentos necessários em saúde, educação, assistência social e segurança pública, ou fazer a manutenção do estado atual que na verdade atende a iniciativa empresarial.

Quando se fala em divisor de águas, fala-se da diferença existente entre o governo que aí está, disposto em fazer a manutenção das grandes fortunas, tendo para isso que promover reformas fiscal, reforma administrativa e reforma da previdência, voltadas aos interesses dos empresários, desconhecendo conquistas trabalhistas históricas e suprimindo direitos conquistados pela Carta Magna por meio de medidas provisória e ou emendas constitucionais, um governo que fez ressurgir a inflação e que não garante a reserva nacional de produtos, causando escassez de produtos básicos e precariedade dos serviços públicos.

Fernando Horta foi muito feliz ao identificar a mão invisível do mercado, como manobra para a manutenção do poder, quando publica que:

Desde o início deste ano a estratégia dos liberais (que dominam as instituições) é dar corda a Bolsonaro. Deixar que ele tente um golpe, deixar que ele atente contra as instituições eleitorais e deixar que ele remonte o esquema ilegal de mentiras e violências nas redes que lhe rendeu a vitória em 2018 com o consentimento dos mesmos liberais.

Se a chapa de Bolsonaro for cassada ou interdita a eleição seria entre Lula e uma figura da terceira via. Enquanto Lula se aproxima das instituições com a “frente ampla”, Bolsonaro perde o controle e age, cada vez mais, como um autocrata no limite do descontrole. E aqui deve surgir o “golpe fantasma”. As instituições brasileiras estão convidando: “tente, Bolsonaro; tente um golpe”.

Uma outra especialidade dos liberais no Brasil, aliás. Os conchavos silenciosos contra a vontade do povo só perdem na nossa história para as manobras de manipulação das armas contra a população. Esta última estratégia foi posta em prática em 2018. Em 2022, os liberais farão voltar a outra.

No entanto vale ressaltar, que os servidores públicos de todas as áreas de atendimento, os trabalhadores e trabalhadoras informais, tem hoje a oportunidade de fazer a diferença e, portanto, a mudança nas urnas, optando nas eleições de 2022, por representantes de governo que retomem os debates sobre os investimentos em educação, pesquisa, saúde, qualidade de vida, o que só será possível com um projeto de governo voltado ao bem-estar da população. Em prol de um governo que se proponha promover investimentos em um serviço público de qualidade, valorizando o servidor, trabalhador e trabalhadora dos quais são sequestrados aproximadamente 30% do seu salário mensal, para suprir programas sociais e para engordar as elites.

Enquanto representante dos servidores públicos do Poder Judiciário no Estado, entende-se que somente com a mudança de paradigma, ou seja, de ideologia governamental, o foco dos debates se voltarão para o setor público com efeitos positivos para os trabalhadores, o que poderá reverberar na qualidade dos serviços que deverão chegar à população.

PROJETO DERRUBA TESE DO FEMINICÍDIO JUSTIFICADO COMO “DEFESA DE HONRA”



O projeto é de autoria da senadora Zenaide Maia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, aprovou o projeto de lei da senadora Zenaide Maia (Pros-RN) que proíbe o uso da tese da “legítima defesa da honra” como argumento para a absolvição de acusados de feminicídio. O texto também exclui os atenuantes e redutores de pena relacionados à “forte emoção” no caso de crimes contra as mulheres.

A proposta, relatada pelo senador Alexandre Silveira (PSD-MG), segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

A diretoria do SINJEP, comemora o avanço representado pela aprovação do PL. “É um passo importante para a extinção da misoginia e da cultura machista de nosso país”, comentou Marcos Pacheco, diretor jurídico.

O PL 2.325/2021, aprovado no último dia 06/07, altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) para excluir os atenuantes e redutores de pena relacionados à violenta emoção e a defesa de valor moral ou social nos crimes de violência doméstica e familiar. Em outra mudança, dessa vez no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689 de 1941), a proposta proíbe o uso da tese de legítima defesa da honra como argumento pela absolvição no julgamento de acusados de feminicídio pelo tribunal do júri.

Alexandre Silveira afirma que a tese é “ultrapassada e não se concilia com os valores e direitos vigentes na nossa Constituição Federal”. É tese que contribui para a objetificação da mulher. Ou seja, reforça a ideia de que a mulher é um objeto que pertence ao seu cônjuge, companheiro”, explicou.

O relator lembra que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, só em 2020 foram registrados 1.350 feminicídios e 230.160

casos de lesão corporal em contexto de violência doméstica e familiar. Nesse período foram concedidas pelos tribunais de justiça 294.440 medidas protetivas de urgência.

“Esse quadro revela, portanto, que a violência contra as mulheres é um problema atual e de enorme gravidade”, alertou Alexandre Silveira.

Para a Zenaide Maia, a tese da “legítima defesa da honra” faz com que a vítima seja apontada como a responsável pelas agressões sofridas e por sua própria morte, enquanto seu acusado é transformado em “heróico defensor de valores supostamente legítimos”.

“Apesar do repúdio crescente da sociedade a essas práticas, ainda somos surpreendidos com a apresentação de teses obsoletas nos tribunais do país. Argumentos que buscam justificar a violência contra a mulher, inclusive o feminicídio, como atos relacionados à defesa de valores morais subjetivos”, argumenta a autora.

A chamada “legítima defesa da honra” se tornou popular a partir do julgamento, em 1979, de Doca Street, que três anos antes havia assassinado a tiros sua namorada, Angela Diniz, em suas férias em Búzios (RJ). A tese da defesa de Street passou a ser muito usada em situações semelhantes pelo país. E, ainda que tal tese já não seja considerada válida pela Justiça, é comum que a defesa do acusado de feminicídio procure levar o tribunal do júri a desconsiderar a vítima, vilificando seu comportamento, e utilize o argumento da “violenta emoção” para diminuir a pena do assassino.



Fotos da Campanha #MulheresContraOFeminicidio da Marcha Mundial das Mulheres – Núcleo MMM Sertão. A estudante Rosilene Rio foi morta a facadas no campus da Univasf em abril de 2015, por seu ex-companheiro.